

Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT)

Resumo Executivo da 23ª reunião – 26/03/2025
(2ª de 2025)

PAUTA RESUMIDA

1. [40 min] Pauta 1 - Destinação de recursos do orçamento estadual para a expansão de vagas em creches nos municípios do Mato Grosso
Objetivo: Discutir estratégias de apoio aos municípios e definir mecanismos de monitoramento da execução dos planos de aplicação do Edital de Chamamento nº 001/2025 da Secretaria Adjunta de Regime de Colaboração da Seduc-MT, além de promover a atualização do status das obras contempladas com recursos do FMTE de 2024.
Tempo: Total: 40 min. 10 min. de apresentação + 30 min. de debates e encaminhamentos
Responsável: Grupo de Trabalho - Obras
2. [40 min.] Pauta 2 - Diagnóstico da educação especial inclusiva em Mato Grosso
Objetivo: Aprovar a versão final do questionário diagnóstico sobre a oferta da educação especial na perspectiva inclusiva e discutir os encaminhamentos para seu lançamento.
Tempo: Total: 40 min. 20 min. de apresentação + 20 min. de debates e encaminhamentos
Responsável: Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva

RESUMO EXECUTIVO

1. Destinação de recursos do orçamento estadual para a expansão de vagas em creches nos municípios do Mato Grosso

O Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT) tem se dedicado à consolidação de uma política pública permanente de financiamento da educação infantil no estado, com ênfase na ampliação da oferta de vagas em creches, em conformidade com os princípios do regime de colaboração entre o Estado e os municípios. Tal política está institucionalizada por meio do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (FMTE), criado pela Lei nº 12.431, de 5 de fevereiro de 2024¹, e regulamentado pelo Decreto nº 975, de 23 de agosto de 2024².

¹ <https://drive.google.com/file/d/11uGQTIUPJSg2mSgo6zB2Fpazz6HY5u9m/view?usp=sharing>

² <https://drive.google.com/file/d/1bg6eWNTjUqR7s8IsqTtOms35cdwn2t19/view?usp=sharing>

No marco da cooperação federativa para a efetivação do direito à educação na primeira infância, o Gaepe-MT tem atuado em duas frentes complementares e articuladas. A primeira refere-se à destinação de R\$ 20.978.730,06 para a retomada de quinze obras de construção de creches inacabadas em treze municípios mato-grossenses. A segunda frente corresponde à previsão orçamentária de R\$ 40 milhões anuais, entre 2025 e 2027, totalizando R\$ 120 milhões, com a finalidade de promover a retomada, ampliação e construção de novas unidades de creches em âmbito municipal.

A efetivação dessa política pública tem sido viabilizada por meio de uma ampla articulação interinstitucional, liderada pelo Gaepe-MT e sustentada pela atuação direta de instituições como a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), e a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).

O valor previsto para o exercício de 2025 será operacionalizado por meio de um Edital de Chamada Pública nº 001/2025, elaborado pela Seduc-MT, que estabelece as regras para adesão, critérios técnicos de seleção e orientações gerais para apresentação dos planos de aplicação. A minuta do edital prioriza investimentos em três categorias: retomada de obras de creches paralisadas ou inacabadas, ampliação de unidades existentes e construção de novas unidades.

Com o objetivo de qualificar e alinhar a redação da minuta aos princípios de equidade e eficiência que orientam o Gaepe-MT, a Seduc-MT solicitou uma reunião extraordinária da governança, ocorrida no dia 19 de março de 2025, para apresentar e dialogar sobre os critérios objetivos que orientarão a seleção dos municípios contemplados. Foram apresentados, como critérios principais, a menor receita per capita do município; o coeficiente de necessidade de vagas, apurado com base na proporção entre a população e a oferta existente; o menor custo da obra por aluno, aferido a partir da razão entre o valor estimado e o número de vagas geradas; a manifestação técnica quanto à viabilidade do projeto; e a apresentação completa da documentação exigida.

Com base nas contribuições da reunião, a minuta do edital foi reformulada. A redação atualizada passou a adotar um sistema de ranqueamento padronizado, por meio da transformação dos critérios em coeficientes normalizados de zero a um. O índice final de classificação dos municípios será calculado a partir da média aritmética de três indicadores: o coeficiente de crianças na fila de espera em relação ao número de habitantes; o coeficiente de crianças não matriculadas, também proporcional à população municipal; e a posição do

município no Índice de Condição e Qualidade de Vida de Mato Grosso (ICQV-MT). Essa nova modelagem visa garantir maior precisão, justiça e efetividade na distribuição dos recursos públicos do FMTE, assegurando que eles cheguem prioritariamente aos territórios com maior déficit de atendimento e menor capacidade instalada.

A governança do Gaepe-MT permanece mobilizada para o acompanhamento da execução desta política pública, com atenção ao uso responsável dos recursos, à qualidade da gestão local e à redução das desigualdades no acesso à educação infantil. Nesse sentido, a 23ª Reunião Ordinária do Gaepe-MT terá como pauta a discussão de estratégias de apoio técnico e institucional aos municípios aderentes ao edital, bem como a construção de mecanismos colaborativos de monitoramento da execução dos planos de aplicação, fortalecendo a política pública como instrumento efetivo de garantia do direito à educação na primeira infância em Mato Grosso.

2. Diagnóstico da educação especial inclusiva em Mato Grosso

A educação especial na perspectiva inclusiva é uma abordagem educacional fundamentada no direito de todas as pessoas à educação, com foco na eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacionais que dificultam o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades ou superdotação em contextos escolares comuns.

A trajetória histórica da legislação brasileira e internacional voltada à educação inclusiva evidencia avanços normativos importantes, ainda que permeados por ambiguidades e disputas conceituais. Desde a década de 1960, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), até a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Brasileira da Inclusão (2015), bem como documentos como a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, observa-se um movimento contínuo de construção de marcos que buscam superar práticas excludentes e promover uma educação orientada pela equidade e pela dignidade humana. No entanto, a coexistência de modelos de atendimento, a permanência de estruturas segregadoras e a fragilidade na implementação de políticas efetivas ainda constituem entraves à consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

No estado de Mato Grosso, diversas iniciativas têm buscado alinhar as políticas educacionais às diretrizes da inclusão. Destacam-se a Lei nº 11.689/2022, que institui a Política Estadual de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida; a Lei nº 12.712/2024, que estabelece o Índice de Educação Inclusiva no sistema estadual de ensino; e a Resolução Normativa nº 010/2023/CEE-MT, que define parâmetros para a oferta da educação especial na perspectiva inclusiva, incluindo diretrizes para a educação bilíngue de surdos. Soma-se a essas normativas a inauguração do Centro Estadual de Educação Inclusiva (CEEI) em 2024, em Cuiabá, com recursos voltados à ampliação da infraestrutura, aquisição de tecnologias assistivas e fortalecimento do atendimento educacional especializado.

Apesar dos avanços, dados da rede revelam desafios significativos ao estado de Mato Grosso. Em 2023, apenas 33,1% das escolas possuíam salas de recursos multifuncionais, e 13,9% das unidades escolares não dispunham de nenhum recurso de acessibilidade. A taxa de distorção idade-série na educação especial alcançou 18,5%, e 96,7% dos docentes regentes, bem como 80,6% dos professores do AEE, não haviam participado de formações continuadas na área³.

Atento a esse panorama, o Gaepe-MT deliberou, durante sua 18ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de setembro de 2024, pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Educação Inclusiva, com o objetivo de desenvolver um questionário diagnóstico destinado a mapear a realidade da oferta da educação especial na perspectiva inclusiva nos municípios mato-grossenses. O instrumento elaborado é estruturado em eixos temáticos que abrangem: caracterização das matrículas de estudantes com deficiência; atuação dos profissionais de apoio e especialistas; organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE); condições de acessibilidade física e pedagógica; estratégias de busca ativa; interação com as famílias; e formação de profissionais da educação.

O questionário foi elaborado como ferramenta diagnóstica para a produção de dados capazes de subsidiar o planejamento de políticas públicas, bem como orientar ações de monitoramento e formação das redes. O documento já foi analisado e revisado previamente pela governança do Gaepe-MT e será reapresentado na 23ª Reunião Ordinária para pactuação da versão final.

³ Os dados foram extraídos do **Painel de Indicadores da Educação Especial** elaborado com base nos microdados do Censo Escolar e da Sinopse Estatística do MEC/Inep. O Painel é uma iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes, com parceiros como Instituto Unibanco, Centro Lemann, Todos Pela Educação e UNICEF.

Na ocasião, a governança poderá apresentar contribuições complementares e alinhar coletivamente os últimos encaminhamentos. A partir dessa deliberação, será discutida a estratégia para o lançamento do levantamento, com atenção especial à mobilização de todos os municípios do estado. Também será debatida a possibilidade de envolvimento direto das instituições que compõem o Gaepe-MT no apoio técnico, na sensibilização das redes locais e no acompanhamento da aplicação do instrumento. A expectativa é de que os dados obtidos contribuam para o fortalecimento da capacidade de gestão educacional nos territórios e orientem decisões políticas fundamentadas na realidade das redes municipais, promovendo uma educação inclusiva mais equitativa e efetiva no Mato Grosso.

NOTÍCIAS

ATRICON E INSTITUTO ARTICULE REFORÇAM PARCERIA EM REUNIÃO: Lideranças da Atricon e do Instituto Articule se reuniram para discutir a continuidade da parceria na criação e no acompanhamento dos Gaepes. O encontro também tratou da renovação de Acordos de Cooperação Técnica e da organização do I Encontro Nacional dos Gaepes, que acontecerá em abril, em Brasília.

[Link para a notícia](#)

GT DEBATE ESTRATÉGIAS PARA APRIMORAR CONTROLE EXTERNO DO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A Atricon, em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e Tribunais de Contas, debateu estratégias para fortalecer o controle externo do novo Plano Nacional de Educação (PNE). O encontro buscou alinhar ações para garantir maior fiscalização, transparência e efetividade na implementação das metas educacionais. O grupo também discutiu o papel dos órgãos de controle na avaliação de políticas públicas educacionais.

[Link para a notícia](#)

MEC APRESENTA DIRETRIZES PARA ANOS FINAIS DO FUNDAMENTAL: O Ministério da Educação orientou gestores municipais sobre o Programa Escola das Adolescências, que busca fortalecer os anos finais do ensino fundamental e promover um espaço mais acolhedor para os estudantes. A iniciativa inclui apoio financeiro, guias temáticos e incentivo à criação de Clubes de Letramento.

[Link para a notícia](#)

INCLUSÃO DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO É DEBATIDA: O MEC realizou um seminário para orientar redes de ensino sobre a implementação de serviços de psicologia e serviço social, conforme a Lei nº 13.935/2019. A medida busca criar um ambiente escolar mais inclusivo, contribuindo para a convivência escolar e o enfrentamento de desafios como evasão e desigualdades sociais.

[Link para a notícia](#)

LULA DIZ QUE BRASIL PODE ALFABETIZAR 80% DAS CRIANÇAS ATÉ 2030: O presidente Lula premiou estados e municípios que se destacaram no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, iniciativa que busca garantir a alfabetização de 80% das crianças até o 2º ano do ensino fundamental até 2030. Segundo o MEC, a taxa de alfabetização subiu de 36%

para 56%, e a meta pode ser alcançada antes do prazo.

[Link para a notícia](#)

PROIBIÇÃO DE CELULAR NAS ESCOLAS EXIGE CUIDADOS COM NOMOFOBIA:

Especialistas alertam que a dependência digital pode gerar crises em crianças e adolescentes já viciados em tecnologia. A nomofobia, o medo de ficar longe dos dispositivos, pode causar ansiedade e dificuldades sociais. Professores precisarão ser preparados para lidar com surtos em sala de aula. O tratamento envolve estabelecer limites e tratar transtornos associados, como ansiedade e depressão.

[Link para a notícia](#)

LANÇADO GUIA PARA COORDENADORES PEDAGÓGICOS: O Ministério da Educação lançou um Guia de Apoio ao Desenvolvimento Profissional de Coordenadores(as) Pedagógicos(as), parte do Programa Escola das Adolescências. A publicação fortalece a liderança pedagógica, promovendo estratégias para melhorar a gestão e aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental. O evento de lançamento está disponível no canal do MEC no YouTube.

[Link para a notícia](#)

REDUÇÃO DA DESIGUALDADE É PRIORIDADE PARA RESOLVER CRISE CLIMÁTICA: O Comitê Permanente de Resiliência Climática do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) iniciou o planejamento para a COP30, priorizando a redução de desigualdades e o desenvolvimento sustentável. O grupo busca alinhar políticas públicas e definir indicadores para soluções climáticas.

[Link para a notícia](#)

MAIS DE 90% DOS BENEFICIÁRIOS DO PÉ-DE-MEIA PASSARAM DE ANO: O Ministério da Educação divulgou que 91% dos estudantes que receberam o benefício do Pé-de-Meia avançaram de série. O programa, que oferece incentivo financeiro para reduzir a evasão escolar, tem demonstrado impacto positivo na permanência e conclusão do ensino médio.

[Link para a notícia](#)

AJUDAR A FAMÍLIA E MAIS EDUCAÇÃO: ALUNOS CONTAM COMO USAM O PÉ-DE-MEIA:

Estudantes beneficiados pelo programa Pé-de-Meia relatam como utilizam os recursos para apoiar suas famílias e continuar os estudos. O incentivo financeiro tem sido fundamental para cobrir despesas básicas, adquirir materiais escolares e reduzir a evasão. O programa visa garantir maior permanência na escola e apoiar a conclusão do ensino médio.

[Link para a notícia](#)

PÉ-DE-MEIA: ALUNOS RECEBEM ORIENTAÇÕES SOBRE COMO INVESTIR: O MEC promove ações para orientar estudantes beneficiários do Pé-de-Meia sobre planejamento financeiro e investimentos. O objetivo é estimular o uso consciente dos recursos, incentivando a educação financeira entre os jovens.

[Link para a notícia](#)

NOVO PAC SELEÇÕES INVESTIRÁ R\$ 2,3 BI NA COMPRA DE TRANSPORTES ESCOLARES E CONSTRUÇÃO DE CRECHES: O governo federal anunciou a destinação de R\$ 2,3 bilhões para aquisição de ônibus escolares e construção de creches por meio do Novo PAC Seleções. A iniciativa busca ampliar o acesso à educação infantil e garantir transporte adequado para estudantes, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso.

[Link para a notícia](#)

APENAS 14% DAS ESCOLAS PÚBLICAS CONTAM COM GRÊMIOS ESTUDANTIS: Dados indicam que apenas 14% das escolas públicas do Brasil possuem grêmios estudantis ativos. A baixa representatividade estudantil levanta preocupações sobre a participação dos jovens na gestão escolar e na formulação de políticas educacionais. Especialistas defendem maior incentivo à organização estudantil para fortalecer a cidadania e o protagonismo juvenil.

[Link para a notícia](#)

BRASIL APRESENTA POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O governo brasileiro lançou a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens, voltada à superação das defasagens educacionais intensificadas pela pandemia. A iniciativa prevê investimentos, formação docente e materiais pedagógicos específicos para apoiar estados e municípios na recomposição da aprendizagem.

[Link para a notícia](#)

BRICS-EDUCAÇÃO CONFIRMA PRIORIDADES IDENTIFICADAS PELO BRASIL: A reunião do BRICS-Educação reforçou a importância de políticas de inclusão, digitalização e inovação no ensino, alinhadas às prioridades do Brasil. O encontro destacou a cooperação entre os países-membros para enfrentar desafios educacionais comuns, como a desigualdade no acesso à educação de qualidade.

[Link para a notícia](#)

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: Especialistas e representantes do setor educacional participaram de audiência pública para debater diretrizes para a educação integral no Brasil. O encontro abordou desafios na implementação de escolas em tempo integral, financiamento e estratégias para ampliar a oferta desse modelo.

[Link para a notícia](#)

NOVO PAC SELEÇÕES GARANTE MIL ÔNIBUS ESCOLARES E 500 CRECHES: O Ministério da Educação destinará R\$ 500 milhões para a aquisição de mil ônibus escolares e R\$ 1,75 bilhão para a construção de 500 creches e pré-escolas em áreas de vulnerabilidade social. Os entes federados podem se inscrever até 31 de março na plataforma Transferegov.br. A iniciativa visa ampliar a oferta de vagas na educação infantil e melhorar o transporte escolar, contribuindo para a redução da evasão.

[Link para a notícia](#)

DECRETO INSTITUI PACTO PELA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS: O Governo Federal oficializou, nesta quarta-feira (5), o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, política voltada à educação básica para mitigar defasagens acumuladas e garantir padrões adequados de aprendizagem. O Ministério da Educação oferecerá apoio técnico e financeiro para que estados e municípios implementem ações de recuperação do aprendizado. O pacto será estruturado em seis eixos: avaliação, currículo, organização pedagógica, materiais, desenvolvimento profissional e gestão educacional.

[Link para a notícia](#)

CORREGEDORIA DO MP E FNDE FIRMAM ACORDO PARA AMPLIAR VAGAS EM CRECHES: A Corregedoria Nacional do Ministério Público e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) assinaram um protocolo de intenções para fortalecer a educação infantil, com foco na ampliação de vagas em creches e pré-escolas. A iniciativa está alinhada ao projeto Primeiros Passos e ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação, visando acelerar a conclusão de obras paralisadas e garantir mais acessibilidade à educação infantil.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO REPASSA R\$ 3,1 BILHÕES DO FUNDEB PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) liberou a segunda parcela do Fundeb, destinando R\$ 3,1 bilhões a estados, DF e municípios. Os recursos serão utilizados para manutenção e desenvolvimento do ensino, incluindo transporte escolar, infraestrutura e remuneração de profissionais da educação. A complementação da União para 2025 está estimada em R\$ 56,5 bilhões, com repasses mensais até janeiro de 2026.

[Link para a notícia](#)

BRAIN ROT - UM ALERTA PARA A INFÂNCIA: A exposição excessiva a conteúdos rápidos e superficiais pode comprometer o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, levando ao chamado *brain rot*. Especialistas alertam que o consumo passivo de vídeos e redes sociais pode prejudicar a memória, a capacidade de planejamento e a interação social. Para evitar esse impacto, pais devem monitorar o tempo de tela e promover mais interações no mundo real.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO LANÇA GUIA SOBRE USO DE CELULARES E OUTROS DISPOSITIVOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O governo federal lançou um guia oficial com orientações para familiares, cuidadores e educadores sobre o uso consciente de dispositivos eletrônicos por crianças e adolescentes. O documento alerta para os riscos do uso precoce e excessivo, como exposição a conteúdos violentos e vitimização digital. A iniciativa busca servir de base para políticas públicas nas áreas de saúde, educação e proteção infantil.

[Link para a notícia](#)

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO PARA PROFESSORES SERÁ EM OUTUBRO: O Ministério da Educação anunciou que a Prova Nacional Docente será aplicada em outubro, com inscrições previstas para junho e divulgação dos resultados em dezembro. O exame servirá para selecionar professores para redes públicas de ensino de estados e municípios que aderirem ao programa até 17 de abril. O objetivo é ampliar o número de docentes efetivos e facilitar contratações em cidades pequenas. A avaliação utilizará o Enade específico para licenciaturas, com questões pedagógicas e disciplinares.

[Link para a notícia](#)

MINISTRO DA EDUCAÇÃO DEFENDE AMPLIAR VAGAS NO ENSINO TÉCNICO COM A INICIATIVA PRIVADA: Camilo Santana afirmou que parcerias com o setor privado, o Sistema S e institutos federais podem acelerar a expansão do ensino técnico no Brasil. Atualmente, apenas 11% dos estudantes do ensino médio cursam também o ensino técnico, enquanto a média da OCDE é de 40%. O governo lançou o programa "Juros por Educação", permitindo que estados troquem parte da dívida com a União por investimentos na modalidade.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO PREVÊ CORTE DE R\$ 7 BI NO ORÇAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA PARA INCLUIR NOVOS GASTOS: O governo federal solicitou à Comissão Mista de Orçamento (CMO) o remanejamento de R\$ 39,5 bilhões no Orçamento de 2025. O Bolsa Família sofrerá redução de R\$ 7,6 bilhões, enquanto programas como Vale-Gás (+R\$ 3 bi) e Pé-de-Meia (+R\$ 1 bi) receberão reforço. A Polícia Federal e benefícios previdenciários também terão acréscimos. A nova versão do Orçamento será votada na CMO no dia 19 e pode ir ao plenário no dia 20.

[Link para a notícia](#)

CANAL EDUCAÇÃO, A TV DO MEC, EXPANDE CONTEÚDO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: O Canal Educação, emissora do MEC, estreia uma nova programação para apoiar professores e gestores da educação infantil ao ensino superior. Entre as novidades estão a série *Inclusão pra Valer*, voltada à educação inclusiva, e *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*,

que mostrará a rotina escolar da alfabetização. A TV também firmará parcerias com TVs universitárias e lançará um aplicativo e streaming em breve.

[Link para a notícia](#)

MEC INICIA ESCUTA DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA: O Ministério da Educação lançou uma consulta nacional para ouvir professores do ensino fundamental, médio e técnico sobre desafios e estratégias para melhorar o ensino da matemática. A pesquisa, disponível até 28 de março, busca embasar políticas públicas e valorizar as vozes dos docentes. O questionário online pode ser respondido de forma anônima e aborda formação, práticas pedagógicas e contexto escolar.

[Link para a notícia](#)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DEVE CONCLUIR ANÁLISE DE PROJETO QUE FORTALECE BIBLIOTECAS PÚBLICAS: A Comissão de Educação do Senado votou na terça-feira (18) o projeto que fortalece bibliotecas públicas e amplia o papel dos bibliotecários na Política Nacional de Leitura e Escrita. O texto prevê parcerias para democratizar o acesso à leitura e a capacitação de profissionais para atuar em um setor cada vez mais tecnológico. Também está na pauta a prorrogação do prazo para uso de recursos da Lei Paulo Gustavo no setor cultural.

[Link para a notícia](#)

Documento elaborado e revisado pelos seguintes membros do Instituto Articule

**Bárbara Alcântara
Tatiana Bello
Willer Moravia**